

ZEN S.A. Indústria Metalúrgica

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas Explicativas da administradora às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas:

Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários vigentes, apresentamos e submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da controladora e consolidado que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparativamente com o encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Apesar do cenário econômico adverso em 2017 nosso faturamento consolidado cresceu 8% em relação ao ano anterior. Este resultado foi possível graças a uma estratégia de longo prazo que diversifica a atuação da Zen entre o mercado doméstico e de exportação, tanto no segmento original quanto no de reposição. Adicionalmente, nos últimos anos a expansão da linha de produtos e o desdobramento de medidas relativas a excelência operacional e de gestão melhorou significativamente aspectos relativos a produtividade, qualidade, gestão de recursos humanos e, por consequência, a satisfação de nossos colaboradores e clientes.

Para 2018 é esperado uma retomada no cenário econômico brasileiro, que somado a novos negócios conquistados em 2017 e a continua expansão da linha de produtos, garantirá a manutenção do ritmo de crescimento da empresa no mercado global de auto peças

Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Expressamos nossos agradecimentos a todos aqueles que tem participado ativamente do crescimento e desenvolvimento da Companhia.

Brusque, 06 de fevereiro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
ZEN S.A. Indústria Metalúrgica
Busque – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ZEN S.A. Indústria Metalúrgica (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ZEN S.A. Indústria Metalúrgica em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de



auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

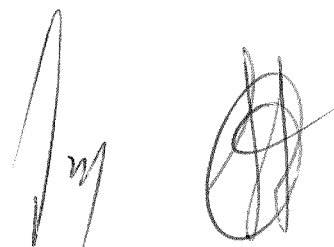
ZEN S.A. Indústria Metalúrgica**Demonstrações dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	18	164.659.036	154.368.121	170.060.142	157.894.988
Custo dos produtos vendidos	19	<u>(128.224.960)</u>	<u>(119.910.989)</u>	<u>(130.502.046)</u>	<u>(119.804.603)</u>
Lucro bruto		<u>36.434.076</u>	<u>34.457.132</u>	<u>39.558.096</u>	<u>38.090.385</u>
Despesas operacionais					
Com vendas	19	(14.684.519)	(13.717.570)	(17.111.336)	(16.375.369)
Administrativas e gerais	19	(12.059.470)	(12.648.672)	(12.849.102)	(13.390.819)
Equivalência Patrimonial		(34.587)	281.310	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>(880.823)</u>	<u>(726.281)</u>	<u>(880.823)</u>	<u>(724.019)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>8.774.677</u>	<u>7.645.919</u>	<u>8.716.835</u>	<u>7.600.178</u>
Receitas financeiras	20	16.365.258	25.747.164	16.423.100	25.792.905
Despesas financeiras	20	<u>(16.665.933)</u>	<u>(23.126.525)</u>	<u>(16.665.933)</u>	<u>(23.126.525)</u>
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		<u>8.474.002</u>	<u>10.266.558</u>	<u>8.474.002</u>	<u>10.266.558</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(253.212)</u>	<u>(756.607)</u>	<u>(253.212)</u>	<u>(756.607)</u>
Resultado do exercício		<u><u>8.220.790</u></u>	<u><u>9.509.951</u></u>	<u><u>8.220.790</u></u>	<u><u>9.509.951</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



ZEN S.A. Indústria Metalúrgica

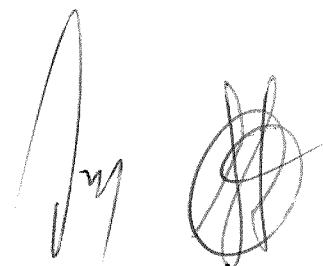
Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	<u>Controladora e consolidado</u>	
		2017	2016
Lucro Líquido do Exercício		8.220.790	9.509.951
Outros resultados abrangentes			
Ajuste acumulado de conversão	10	<u>75.752</u>	<u>(164.575)</u>
Resultado Abrangente total do exercício		<u><u>8.296.542</u></u>	<u><u>9.345.376</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Two handwritten signatures in black ink, one on the left and one on the right, both appearing to be stylized and possibly representing the same person or different individuals.

ZEN S.A. Indústria Metalúrgica

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Notas	Controladora					
	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste acumulado de conversão	Ajuste avaliação patrimonial
		Retenção	Legal	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	45.500.000	45.786.163	1.813.886	-	204.897	16.892.999
Dividendos distribuídos de lucros retidos	-	(1.012.977)	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.482.149	-	(1.482.149)
Reversão de IRPJ e CSLL sobre avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	503.931
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	(164.575)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.509.952	-	-
Aumento de capital	4.500.000	(4.500.000)	-	-	-	-
Destinações						
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(6.959.000)	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	475.498	(475.498)	-	-
Reserva de lucros retidos	-	3.557.603	-	(3.557.603)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	50.000.000	43.830.789	2.289.384	-	40.322	15.914.781
Dividendos distribuídos de lucros retidos	-	(1.033.508)	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.522.840	-	(1.522.840)
Reversão de IRPJ e CSLL sobre avaliação patrimonial	-	-	-	(517.765)	-	517.765
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	75.754	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.220.790	-	-
Destinações						
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(6.816.000)	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	411.039	(411.039)	-	-
Reserva de lucros retidos	-	1.998.826	-	(1.998.826)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	50.000.000	44.796.107	2.700.423	-	116.076	14.909.706
						112.522.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

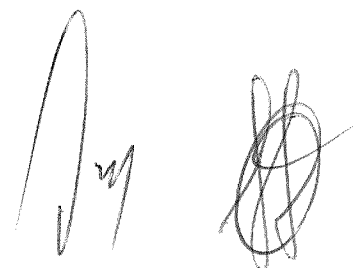
ZEN S.A. Indústria Metalúrgica**Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ e CSLL		8.474.003	10.266.558	8.474.003	10.266.558
Ajustes por:					
Despesas de juros	14	7.394.174	9.308.926,00	7.394.174	9.308.926,00
Varição cambial de adiantamentos de contrato de câmbio	14	1.261.270	(2.701.051)	1.261.270	(2.701.051)
Rendimentos de aplicações financeiras	6	(11.274.122)	(16.996.835)	(11.274.122)	(16.996.835)
Equivalencia Patrimonial	11	34.587	(281.310)	34.587	(164.575)
Baixa de Investimentos - perda		-	18.821	-	18.821
Resultado na venda de bens do imobilizado	12	(419.345)	(797.041)	(419.345)	(797.042)
Depreciações e amortizações	12 e 13	11.699.440	11.084.423	11.699.440	11.084.423
Sub-total		17.170.007	9.902.491	17.170.007	10.019.225
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		(5.575.502)	6.179.332	(7.380.131)	3.646.756
Estoques		(4.848.566)	(168.805)	(4.022.693)	1.015.372
Outras contas a receber		(748.278)	(473.683)	(704.553)	(464.953)
Impostos a recuperar		1.064.401	(877.405)	1.064.401	(877.405)
Depósitos judiciais		(158.491)	(278.115)	(158.491)	(278.115)
Fornecedores		2.250.164	2.589.988	3.704.183	14.590.845
Salários e encargos sociais		419.906	2.007.445	514.173	2.158.118
Participação nos lucros a pagar aos empregados		(519.936)	(1.690.177)	(519.936)	(1.690.177)
Impostos e contribuições a recolher		573.938	46.823	575.346	14.650
Provisão para contingências		(2.420.368)	71.827	(2.420.368)	71.827
Outras contas a pagar		376.078	(112.664)	417.243	(112.664)
Caixa proveniente das operações		7.583.353	17.197.057	8.239.181	28.093.479
Imposto de renda e contribuição social pagos	21	-	(658.770)	-	(658.770)
Juros e variação cambial pagos	14	(7.725.282)	(8.818.933)	(7.725.282)	(8.818.933)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(141.929)	7.719.354	513.899	18.615.776
Aplicações financeiras	6	(40.356.997)	(73.276.737)	(40.356.997)	(73.276.737)
Resgates de aplicações financeiras	6	101.224.173	100.946.579	101.224.173	100.946.579
Aquisições de ativo imobilizado	12	(15.433.680)	(10.724.404)	(15.433.680)	(10.724.404)
Baixas de ativo imobilizado	12	2.422.893	4.512.221	2.422.893	4.512.221
Gastos com ativos intangíveis		(387.149)	(467.882)	(387.149)	(467.882)
Caixa líquido proveiente das atividades de investimentos		47.469.240	20.989.777	47.469.240	20.989.777
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Juros sobre o capital próprio e imposto de renda pagos		(5.363.933)	(5.116.753)	(5.363.933)	(5.116.753)
Dividendos pagos		(1.033.508)	(1.012.977)	(1.033.508)	(1.012.977)
Captações de empréstimos e adiantamentos de contratos de câmbio	14	45.711.554	48.535.848	45.711.554	48.535.848
Amortizações líquidas de empréstimos e adiantamentos de contrato de câmbio	14	(86.106.113)	(72.726.329)	(86.106.113)	(72.726.329)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		(46.792.000)	(30.320.211)	(46.792.000)	(30.320.211)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		535.311	(1.611.080)	1.191.139	9.285.342
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		491.615	2.102.695	12.580.332	3.294.990
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		1.026.926	491.615	13.771.471	12.580.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo social, a produção e comercialização de peças para veículos automotores, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil.

A Companhia está sediada na Rua Guilherme Steffen, 65, Bairro Steffen, Brusque-SC. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo').

Segue abaixo a controlada do Grupo:

Participação acionária %			
	País	2017	2016
Zen North América LLC	EUA	100%	100%

2 Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** – vida útil do ativo imobilizado.
- **Nota explicativa 15** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

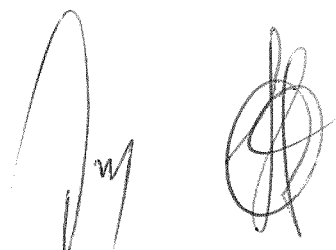
Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.



(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Receita operacional de venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

d. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

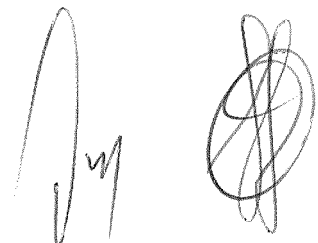
- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.



(i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. **Estoque**

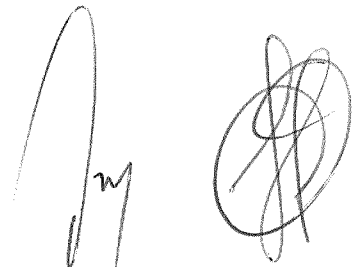
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando considerados necessários pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

h. **Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo de certos itens do imobilizado em 31 de dezembro de 2007, data de transição do Grupo para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data (*deemed cost*).



Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e Mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

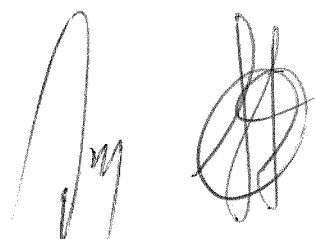
(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



j. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

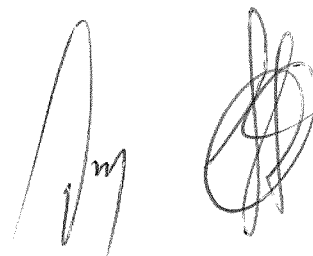
Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.



Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 (IFRS 15) – Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 (IFRS 15) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Com base nas características dos contratos que a Companhia possui, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros:

Reconhecimento e Mensuração.

Conforme descrito no item 5j. desta nota explicativa, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros não derivativos: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Empréstimos e recebíveis; e
- Passivos financeiros não derivativos: Outros passivos financeiros.

Adicionalmente, como descrito na nota explicativa nº 22, o risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia e sua controlada entendem que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(ii) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

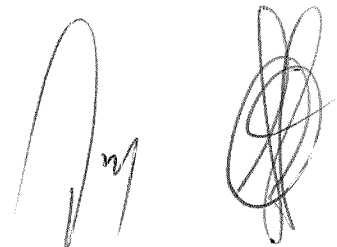
A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.



O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100,9% e 105% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

a. Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	145.681.854	156.354.861
Novas aplicações	40.356.997	73.276.737
Resgates	(101.224.173)	(100.946.579)
Rendimentos	11.274.122	16.996.835
Saldo no final do exercício	<u>96.088.800</u>	<u>145.681.854</u>

7 Contas a receber de clientes

a. Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber mercado interno	15.683.941	10.978.719	15.683.941	10.978.719
Partes relacionadas mercado externo (nota 17 b)	3.068.448	4.751.579	-	-
Contas a receber mercado externo	<u>19.208.969</u>	<u>16.621.172</u>	<u>23.346.484</u>	<u>18.954.058</u>
	<u>37.961.358</u>	<u>32.351.470</u>	<u>42.098.873</u>	<u>34.684.356</u>
(-) Provisão para créditos duvidosos	<u>(187.620)</u>	<u>(153.234)</u>	<u>(187.620)</u>	<u>(153.234)</u>
Total	<u>37.773.738</u>	<u>32.198.236</u>	<u>41.911.253</u>	<u>34.531.122</u>

b. Provisão para créditos duvidosos

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável do seu contas a receber de clientes, levando em consideração a necessidade de provisão para possíveis perdas decorrente do não recebimento das duplicatas. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica “despesas com vendas” na demonstração de resultado.

c. Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e sua controlada não possuem duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

8 Estoques

a. Composição do saldo

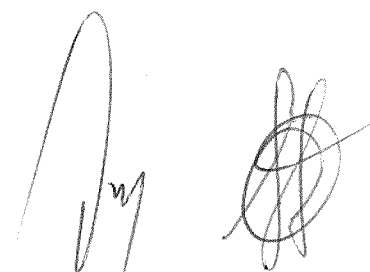
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	7.032.987	6.660.014	11.011.849	11.464.749
Produtos em elaboração	11.413.473	9.656.767	11.413.473	9.656.767
Matérias-primas	2.738.679	2.454.358	2.738.679	2.454.358
Materiais de consumo	4.146.947	3.891.056	4.146.947	3.891.056
Importações em andamento	495.816	650.383	495.816	650.383
Adiantamento a fornecedores	1.346.437	247.487	1.346.437	247.487
Mercadorias em consignação	1.922.414	1.747.333	1.922.414	1.747.333
Provisão para perdas em estoques	(69.977)	(69.977)	(69.977)	(69.977)
Componentes comprados	5.876.124	4.774.591	5.876.124	4.774.591
Embalagens	90.353	132.675	90.353	132.675
Total	34.993.253	30.144.687	38.872.115	34.949.422

b. Provisão para perdas em estoques

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. As despesas com a constituição da provisão foram registradas na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração de resultado.

c. Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e sua controlada não possuem estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.



9 Impostos a recuperar

A Companhia tem registrado no ativo circulante e não circulante de acordo com sua expectativa de realização os seguintes créditos decorrentes das atividades operacionais:

Controladora e consolidado		
	2017	2016
ICMS a recuperar	559.921	804.993
IPI a recuperar	38.061	38.061
Imposto de renda a recuperar	3.241.059	3.978.353
Contribuição social a recuperar	327.396	478.472
PIS a recuperar	44.118	27.420
COFINS a recuperar	190.698	104.012
Outros impostos a recuperar	156.738	191.081
Total	4.557.991	5.622.392
Circulante	4.058.719	5.038.258
Não circulante	499.272	584.134

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora e Consolidado		
	2017	2016
Ativo fiscal diferido		
Provisão para contingências	2.967.512	5.465.090
Provisão para créditos duvidosos	87.620	103.234
Provisão para itens obsoletos	69.977	69.977
Outros	245.610	32
	3.370.719	5.638.333
Passivo fiscal diferido		
Custo atribuído imobilizado	22.590.449	24.113.289
Base de cálculo	19.219.730	18.474.956
Imposto de renda	4.804.922	4.618.739
Contribuição social sobre o lucro	1.729.775	1.662.746
Impostos diferidos líquido - passivo não circulante	6.534.697	6.281.485

A Companhia apresenta os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

11 Investimentos

a. Composição do saldo

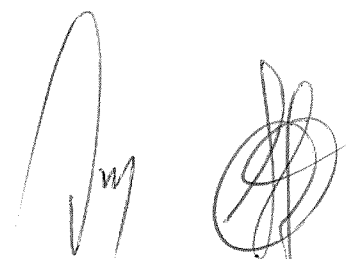
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participação em controlada	823.480	782.315	-	-
Outros investimentos	227.954	227.954	227.954	227.954
	<u>1.051.434</u>	<u>1.010.269</u>	<u>227.954</u>	<u>227.954</u>

b. Movimentação do investimento controlada

	Zen North America.
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>782.315</u>
Equivalência patrimonial	(34.587)
Ajuste acumulado de conversão	<u>75.752</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>823.480</u>

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras na Companhia controlada.

	ZEN North América	
	2017	2016
Participação (%)	100,00	100,00
Total de ativos	23.929.701	22.149.494
Total de passivos	23.106.201	21.367.179
Patrimônio líquido	823.480	782.315
Receitas	28.981.659	30.436.811
Despesas	(29.016.246)	(30.155.501)
Resultado do exercício	(34.587)	281.310



12 Imobilizado (controladora e consolidado)

a. Composição do saldo

Conta	Taxa de Deprec. % a.a.	2017			2016
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2 a 4%	1.821.370	(299.475)	1.521.895	1.594.747
Máquinas, equip. e instalações	3 a 10%	178.523.310	(117.927.401)	60.595.909	58.130.504
Ferramentas	10%	22.309.752	(16.081.291)	6.228.461	6.410.349
Móveis e utensílios	10%	4.583.927	(3.294.782)	1.289.145	1.172.813
Veículos	20%	106.238	(85.120)	21.118	30.868
Processamento de dados	20%	1.727.461	(1.380.553)	346.908	346.112
Outros	10 a 15%	5.140.278	(2.598.154)	2.542.124	2.780.105
Imobilizações em andamento		589.071	-	589.071	665.188
Adiantamento a fornecedores		970.133	-	970.133	779.849
Total		215.771.540	(141.666.776)	74.104.764	71.910.535

b. Movimentação em 2017

Conta	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Edifícios	1.594.747	-	-	(72.854)	1.521.893
Máquinas, equip. e instalações	58.130.504	12.112.796	(1.654.840)	(7.992.550)	60.595.910
Ferramentas	6.410.349	2.408.700	(245.673)	(2.344.915)	6.228.461
Móveis e utensílios	1.172.813	343.096	(18.472)	(208.291)	1.289.145
Veículos	30.868	-	-	(9.748)	21.120
Processamento de dados	346.112	123.595	(456)	(122.343)	346.908
Outros	2.780.105	255.209	(7.989)	(485.201)	2.542.124
Imobilizações em andamento	665.188	-	(76.118)	-	589.071
Adiantamento a fornecedores	779.848	190.284	-	-	970.133
Total	71.910.534	15.433.680	(2.003.548)	(11.235.904)	74.104.764

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

c. Ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)

Em 31 de dezembro de 2010, com base em Relatório de Avaliação Patrimonial, foram efetuados ajustes ao custo atribuído (*deemed cost*) e a revisão da vida útil, bem como a definição de eventuais valores residuais, da totalidade da conta: máquinas e equipamentos de grande porte.

Os efeitos deste ajuste, podem ser assim demonstrados:

	2017	2016
Custo atribuído	34.691.593	34.691.593
Realização acumulada	(12.101.144)	(10.578.304)
	22.590.449	24.113.289
IRPJ	(5.647.605)	(6.028.315)
CSLL	(2.033.138)	(2.170.193)
	(7.680.743)	(8.198.508)
Total	14.909.706	15.914.781

d. Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Administração considerou não haver necessidade de constituição de provisão para perdas no ativo imobilizado.

e. Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia possui R\$ 9.813.000 de bens do ativo imobilizado dados em fiança para garantir empréstimos bancários conforme mencionado na nota explicativa 14.

13 Intangível

		Controladora e Consolidado			
		2017			2016
Contas	Taxa de amortização % a.a.	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	10%	1.671.353	(738.808)	932.545	754.871
Direito de uso telefone		15.095	-	15.095	15.095
Processamento de dados	20%	3.749.252	(3.083.038)	666.214	918.721
Projetos	20%	1.922.036	(1.920.740)	1.296	2.851
Total		7.357.736	(5.742.586)	1.615.150	1.691.538

14 Empréstimos e financiamentos

a. Composição do saldo (controladora e consolidado)

Credor	Encargos	Vencimento	Finalidade	Moeda	2.017	2.016
HSBC	8,0%a.a.	15.08.17	Exportação	R\$	-	11.309.305
HSBC	15,80%a.a.	13.03.17	Imobilizado	R\$	-	5.634
HSBC	10,0%a.a.	15.07.18	Exportação	R\$	7.020.709	12.176.077
Bradesco	8,0%a.a.	17.07.17	Exportação	R\$	-	1.963.111
Bradesco	10,0%a.a.	15.11.19	Exportação	R\$	5.013.948	5.253.962
Bradesco	5,6%a.a.	15.07.22	Imobilizado	R\$	753.989	-
B. do Brasil	2,5a8,7%a.a.	15.09.23	Imobilizado	R\$	4.404.080	5.639.276
B. do Brasil	8,0%a.a.	15.08.17	Exportação	R\$	-	11.200.459
Itaú	8,0%a.a.	15.08.17	Exportação	R\$	-	15.924.180
Itaú	11,0%a.a.	16.11.18	Exportação	R\$	3.862.956	8.077.091
Santander	11,0%a.a.	15.08.18	Exim	R\$	7.150.134	17.875.334
Santander	10,0%a.a.	15.07.18	Exim	R\$	10.487.468	10.442.754
FINEP	TJLP+5,25%a.a.	15.05.17	Giro	R\$	-	1.522.153
FINEP	TJLP+3,5%a.a.	15.09.21	Giro	R\$	24.298.712	30.778.368
Santander			ACC	US\$	8.600.800	6.844.110
Brasil			PPE	US\$	9.924.000	-
Bradesco			PPE	US\$	14.555.299	-
Itaú			Vendor	R\$	3.751.458	-
Bradesco		10.10.20	Imob.Consórcio	R\$	602.627	878.763
					100.426.180	139.890.577
Parcela classificada no circulante					61.511.493	77.496.364
Parcela classificada no não circulante					38.914.687	62.394.213

b. Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	139.890.577	166.292.116
Varição cambial	1.261.270	(2.701.051)
Captações	45.711.554	48.535.848
Provisões de juros	7.394.174	9.308.926
Amortizações de juros	(7.725.282)	(8.818.933)
Amortização de principal	(86.106.113)	(72.726.329)
Saldo no final do exercício	100.426.180	139.890.577

c. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por máquinas, equipamentos, avais e aplicações financeiras.

15 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus consultores legais externos é de R\$ 3.044.722 (R\$ 2.886.231 em 2016).

Descrição dos principais processos de perdas prováveis

INSS - Fator previdenciário e aviso prévio

A Companhia possui o montante de R\$2.967.512 (R\$2.776.856 em 2016) provisionado referente a ação visando declarar a inconstitucionalidade do FAP e/ou a ilegalidade de sua metodologia, o qual aguarda decisão do Tribunal Superior de repercussão geral (STF). Tais valores estão depositados judicialmente.

Provisão para contingência ressarcimento IPI

Em 2012, mediante processo de consulta à Receita Federal do Brasil e respectiva resposta, a Companhia reconheceu o IPI indevidamente destacado e pago em razão do erro na classificação fiscal (código NCM). Nos termos do art. 166 do Código Tributário Nacional, os clientes emitiram autorização expressa à ZEN S.A. para pleitear a restituição.

Dessa forma, a Companhia reconheceu durante o exercício de 2016 um passivo no montante de R\$2.578.859 mediante contratos celebrados com os clientes referente a cessão de parte do direito creditório obtido com a recuperação do IPI, cujo pagamento integral foi realizado durante o exercício de 2017 após homologação dos pedidos de ressarcimento.

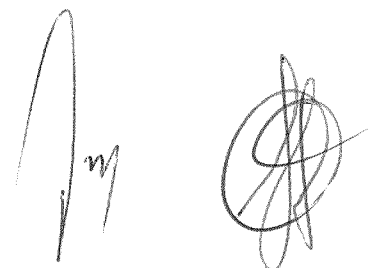
Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui processos no montante total estimado de R\$ 1.082.940 (R\$ 1.360.183 em 2016), cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 10.903.524 (dez milhões novecentas e três mil e quinhentas e vinte e quatro ações (2017 e 2016), sendo 9.976.186 (nove milhões novecentas e setenta e seis mil e cento e oitenta e seis) ações ordinárias e 927.338 (novecentas e vinte e sete mil trezentas e trinta e oito) ações preferenciais, sem valor nominal.



b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros retidos

Foi constituída com os saldos de lucros acumulados de anos anteriores nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76.

Nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos foram calculados à alíquota de 25% sobre o lucro do exercício, após a reserva legal, conforme cálculo abaixo:

Lucro do exercício	2017 8.220.790
Reserva legal (5%)	411.039
Base de cálculo dos dividendos	7.809.751
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.952.438
Juros sobre capital próprio (líquido de IR)	5.793.600

Como o valor de juros sobre capital próprio foram superiores ao dividendo mínimo, não houve provisionamento de dividendos adicionais nas demonstrações de 31 de dezembro de 2017.

Os juros sobre capital próprio foram calculados de acordo com a Lei nº 9.249/95, no montante de R\$ 6.816.000 (R\$ 5.793.600 líquido de imposto de renda na fonte). O valor dos juros é imputado ao valor dos dividendos.

17 Partes relacionadas

a. Controladora e parte controladora final

A Companhia é controlada pelas Holdings NEZ Participações Ltda e ZELLA Participações Ltda.

b. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 as operações com partes relacionadas referem-se a vendas da controladora para a controlada ZEN North América no valor total de R\$ 23.580.553 (R\$ 26.909.943 em 2016) cujo contas a receber junto à controlada é de R\$3.068.448 (R\$4.751.579 em 2016).

Adicionalmente a Companhia possui contrato de locação de imóveis com a empresa ligada Calin empreendimentos Imobiliarios, para o prazo de 120 meses e no valor anual de R\$3.020.000, atualizados pelo IGP-M.

18 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Venda de produtos - mercado interno	113.768.848	83.319.406	113.768.848	83.319.406
Venda de produtos - mercado externo	64.798.301	74.200.794	64.798.301	74.200.794
Vendas para partes relacionadas – mercado externo (nota 17 b)	23.580.553	26.909.943	-	-
Revendas	11.500	110.007	28.993.159	30.546.817
Receita Bruta	202.159.202	184.540.150	207.560.308	188.067.017
Deduções de vendas	(37.500.166)	(30.172.029)	(37.500.166)	(30.172.029)
Receita operacional líquida	164.659.036	154.368.121	170.060.142	157.894.988

19 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	128.224.960	119.910.989	130.502.046	119.804.603
Despesas comerciais	14.684.519	13.717.570	17.111.336	16.375.369
Despesas gerais e administrativas	12.059.470	12.648.672	12.849.102	13.390.819
	154.968.949	146.277.231	160.462.484	149.570.791

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e ordenados	58.615.619	58.526.435	58.615.619	58.526.435
Matéria-prima, componentes e outros materiais	47.005.509	40.157.914	47.005.509	40.157.914
Depreciação	11.699.440	10.937.996	11.699.440	10.937.996
Gastos gerais de produção	9.038.221	9.668.362	9.038.221	9.668.362
Mão de obra e serviços de terceiros	7.284.360	5.817.116	7.284.360	5.817.116
Energia elétrica	3.913.220	4.028.841	3.913.220	4.028.841
Despesas com manutenção	3.716.279	3.759.787	3.716.279	3.759.787
Comissões sobre vendas	891.015	1.358.044	891.015	1.358.044
Outros custos e despesas	12.805.286	12.022.736	18.298.821	15.316.296
	154.968.949	146.277.231	160.462.484	149.570.791

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Variação cambial	4.570.958	8.420.486	4.570.958	8.420.486
Juros ativos	439.666	338.387	439.666	338.387
Rendimento aplicação financeira	11.274.122	16.966.343	11.331.964	17.012.084
Descontos ativos	80.512	21.948	80.512	21.948
	<u>16.365.258</u>	<u>25.747.164</u>	<u>16.423.100</u>	<u>25.792.905</u>
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Variação cambial	(5.894.407)	(10.456.724)	(5.894.407)	(10.456.724)
Atualização de empréstimos e financiamentos	(7.394.174)	(9.308.926)	(7.394.174)	(9.644.246)
Juros passivos fornecedores	(119.893)	(8.207)	(119.893)	(8.207)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(47.672)	(7.276)	(47.672)	(7.276)
Despesas com operações financeiras	(2.529.446)	(2.539.256)	(2.529.446)	(2.203.936)
Outras	(680.341)	(806.136)	(680.341)	(806.136)
	<u>(16.665.933)</u>	<u>(23.126.525)</u>	<u>(16.665.933)</u>	<u>(23.126.525)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes dos impostos	8.474.003	10.266.559	8.474.003	10.266.559
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquotas nominais	2.881.161	3.490.630	2.881.161	3.490.630
Efeito dos impostos sobre:				
- Equivalência patrimonial	(11.760)	(95.645)	-	-
- Juros sobre capital próprio	(2.317.440)	(2.366.060)	(2.371.440)	(2.366.060)
- Outras diferenças permanentes	(298.749)	(272.318)	(256.509)	(367.963)
Crédito (Débito) de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>253.212</u>	<u>756.607</u>	<u>253.212</u>	<u>756.607</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	253.212	97.838	253.212	97.838
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	658.769	-	658.769

22 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade, de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e sua controlada.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos de caixa futuros.

b. Classificação dos instrumentos financeiros (posição consolidada)

	2017	2016
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	13.771.471	12.580.332
Aplicações financeiras	96.088.800	145.681.854
Contas a receber de clientes	41.911.253	34.531.122
Outras contas a receber	673.375	732.916
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	100.426.180	139.890.577
Fornecedores	32.560.535	28.856.352

c. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor Justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam dos seus valores justos.

d. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia opera com estoques reguladores desses insumos.

e. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, buscando captações de operações de empréstimos e financiamentos com taxas pré-fixadas, exceto pelas operações com o FINEP que possuem exposição a variação da TJLP.

f. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A exposição contábil da Companhia à moeda estrangeira estava assim representada (em Reais):

	2017	
	Controladora	Consolidado
Ativo		
Contas a receber de clientes	22.277.417	26.414.932
Passivo		
Fornecedores	(1.880.134)	(1.880.134)
Empréstimos e financiamentos	(33.080.099)	(33.080.099)
	<u>(12.682.816)</u>	<u>(8.545.301)</u>

Sensibilidade para a exposição a variação de cotação de moeda estrangeira

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos sujeitos a riscos de variação de cotação de moeda estrangeira.

O cenário base provável para dezembro de 2017, foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil do dia 12 de janeiro de 2018) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 2018 e as vigentes em dezembro de 2017. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre as taxas de juros, índices flutuantes e variações cambiais consideradas no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa 31/12/2017	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário Remoto Δ 50%
Dólar norte americano	3,31	3,35	4,19	5,03

Sensibilidade variação de cotação de moeda estrangeira

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2017	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo				
Clientes	26.414.932	319.215	7.022.728	13.726.240
Passivo				
ACC	(33.080.099)	(399.760)	(8.794.709)	(17.189.659)
Fornecedores	(1.880.134)	(22.721)	(499.854)	(976.988)
	<u>(8.545.301)</u>	<u>(103.266)</u>	<u>(2.271.835)</u>	<u>(4.440.407)</u>

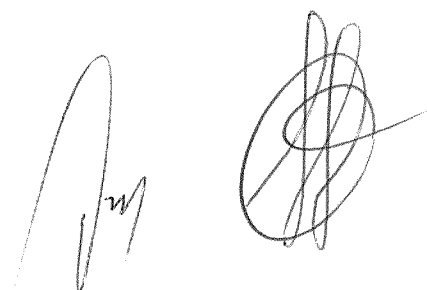
g. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito, e considera que o risco de crédito com seus clientes é baixo com base no histórico de pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui ainda a provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito.

h. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. A tabela abaixo demonstra o cronograma de obrigações da Companhia:



	Consolidado			
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Fornecedores	32.560.535	-	-	32.560.535
Instrumentos a taxas de juros: Empréstimos e financiamentos	59.818.575	33.062.625	7.544.980	100.426.180
	<u>79.842.824</u>	<u>48.437.475</u>	<u>22.133.160</u>	<u>150.413.459</u>

i. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação; e buscar eficácia de custos, sem restringir a iniciativa e a criatividade de seus profissionais.

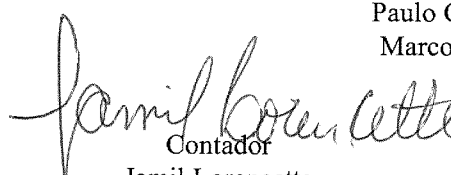
* * *

DIRETORIA

Gilberto Heinzelmann - Diretor Presidente
 Alberto dos Santos Martarello - Diretor
 Administrativo e Financeiro
 Eduardo Bertolini - Diretor Industrial
 David Albert Michel Catasiner - Diretor Comercial

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flavio Cesar Maia Luz - Presidente
 Antonio Carlos Zen - Vice Presidente
 Janete Zen
 André Luiz Zen
 Nelson Zen Filho
 Paulo Cezar da Silva Nunes
 Marcos Sergio de Oliveira


 Contador
 Jamil Lorencette
 CRC N° SC-029.339/O-7
 CPF: 591.259.509-91

